



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

PRIMEIRA REUNIÃO DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2009.-----

----- **ACTA NÚMERO DOIS** -----

No dia vinte e oito de Dezembro de dois mil e nove, pelas vinte e uma horas, realizou-se na sua sede, sita Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a 1.ª Reunião da 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor Amândio José Correia de Carvalho, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Sandra Isabel Candeias Lopes Anes e Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários.-----

Efectuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes Deputados Municipais:-----

José Manuel Mata Justo, Emanuel de Jesus Colaço Costa, Álvaro José de Oliveira Saraiva, Maria Fernanda Pereira Fernandes, Ingeburga Zanga de Oliveira, José António Rocha Barbosa Caria, Fernando Manuel Carvalho Coelho, Isabel Cristina Camacho, Celina Marques Figueiredo, Isabel Maria de Almeida Travessa, Alfredo Luís Dias Rodrigues, Ricardo José Caçoila, Avelino dos Santos Antunes, Jorge Manuel Rodrigues Tavares, Pedro Manuel Gomes do Carmo, Gonçalo Filipe da Silva Bastos, Marília Gomes Berto Reimão, José Manuel Rosa Ferra, José Francisco dos Santos, Humberto Manuel Pereira Lopes, Florêncio Manuel Pinto, António Francisco Ferreira Minguéns, Tolentino de Oliveira Gomes, Luís Miguel da Silva Moraes, António José Lopes Saltão e Carla Isabel Marques Braziel.-----

Solicitou suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o seguinte Deputado Municipal:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Paulo Jorge Ribas de Faria Ramos, por um período de seis dias, tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Ingeburga Zanga de Oliveira.-----

Constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente em exercício, declarou aberto o período Antes da Ordem do Dia.-----

Cumprimentou os Senhores Deputados Municipais, a Vereação e o público presente, abriu o período destinado à intervenção do público, de acordo com o artigo 32.º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. Não houve intervenção de nenhum cidadão.-----

Acta n.º 01/2009, aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor e três abstenções. -----

O Deputado Municipal – Avelino Antunes, no uso da palavra, leu a Moção n.º 1, subscrita pelos eleitos da CDU, cujo teor a seguir se transcreve: “1 – Considerando a proposta da União Europeia da revisão de zonas desfavorecidas, exclui o critério sócio-económico. 2 – Considerando que o Governo tem que tomar posição até 21 de Janeiro de 2010. 3 – Considerando que a exclusão desse critério põe sem causa a manutenção de muitas zonas desfavorecidas no País e que significa no actual quadro comunitário de apoio uma perda de 189 milhões de euros para Portugal. 4 – Considerando que os Agricultores podem deixar de receber por hectare ajudas específicas a que tem direito nas zonas desfavorecidas no valor de: 0 a 3 ha = 160 €; de 3 a 7.5 há = 75 €; de 7.5 a 30 há = 35 €; de 30 a 150 há = 10 €; acrescido de uma majoração de 10% sobre os investimentos. 5 – Considerando que no distrito de Setúbal os concelhos de Alcácer do sal, Grândola, Santiago do Cacém e, as freguesias de Pegões, Canha, Stº Isidro de Pegões no Concelho de Montijo e as freguesias de Marateca e uma parte do Poceirão, no concelho de Palmela, correm o risco de deixarem de ser consideradas zonas desfavorecidas com todos os prejuízos daí



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

decorrentes para os agricultores e desenvolvimento da região. 6 – Considerando que o sector agrícola com consequências no desenvolvimento rural atravessa uma situação caótica e que a referida proposta vem agravar ainda mais a situação. 7 – Considerando que a agricultura é um sector estratégico e indispensável ao desenvolvimento económico e social do País, da região e do concelho. A Assembleia Municipal de Montijo, reunida em 28 de Dezembro de 2009, delibera: - Manifestar o seu mais profundo desacordo com a exclusão dos critérios sócio-económicos na proposta da União Europeia de revisão das zonas desfavorecidas. – Que o Governo Português, em nome da defesa dos interesses nacionais tome uma posição clara e inequívoca na defesa e manutenção das actuais zonas desfavorecidas, dizendo não à proposta da união Europeia.”-----

O Deputado Municipal – Emanuel Costa, no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, cujo teor passo a transcrever: “Os valores da liberdade, da igualdade e da solidariedade constituem uma exigência moral que sempre tem orientado o pensamento e a acção socialista. As lutas contra a exploração, contra a opressão, contra os privilégios no acesso aos bens de cultura e do espírito, contra todas as formas de injustiça e discriminação, contra o fatalismo e todas as formas de submissão que negam ou diminuem o papel do ser humano como sujeito da história, fizeram-se e fazem-se em nome destes valores. A sua actualidade é inegável, importando salientar que a liberdade e a igualdade dos direitos requerem uma afirmação clara de respeito pela condição, pela liberdade e pelos direitos uns dos outros. A sociedade que se organiza na base destes valores universais caracteriza-se, também, pela atitude de abertura à diversidade das pessoas e das culturas, à iniciativa de cada um, à inovação que dinamiza os vários sectores da vida colectiva; é uma sociedade que acredita no progresso, ou seja, que é possível melhorar a situação em que se encontra. O PS combate as desigualdades e discriminações fundadas em critérios de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

nascimento, sexo, orientação sexual, origem racial, fortuna, religião ou convicções, predisposição genética, ou quaisquer outras que não resultem da iniciativa e do mérito das pessoas, em condições de igualdade de direitos e oportunidades. O PS defende o princípio da equidade na promoção da justiça social; O PS defende uma economia de bem-estar, aberta à pluralidade das iniciativas e das formas económicas privadas, públicas e sociais, e regulada pelo mercado e por instituições públicas adequadas; O PS defende a independência do poder político face aos poderes económicos. É dever do Estado promover o interesse público e o bem comum, conduzir as estratégias de desenvolvimento nacional, garantir o quadro institucional favorável à criação e distribuição de riqueza, assegurar a provisão de infra-estruturas, bens e serviços de interesse geral, corrigir as desigualdades e falhas de mercado, arbitrar conflitos e agir em prol da coesão social e territorial; O PS assume como obrigação fundamental do Estado democrático assegurar plenamente as funções de soberania, garantindo nomeadamente o direito à segurança, o acesso à justiça, a coesão e a defesa nacional; O PS assume a defesa do ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável, como elementos essenciais de políticas orientadas pelo princípio da precaução, informadas pelo cuidado com o nosso futuro comum e fundadas no respeito por nós próprios e pelas gerações vindouras; O PS apoia o desenvolvimento de acções que aprofundem a intervenção democrática dos trabalhadores na vida económica e social e a cooperação entre todos quantos, pelo trabalho, a iniciativa e o empreendimento, contribuem para a criação de riqueza e a promoção do bem-estar; O PS afirma-se como um partido moderno e cosmopolita, que acredita que o espírito de iniciativa e empreendimento, a criatividade e a comunicação, a cultura humanista, científica e tecnológica, a livre circulação das pessoas, a troca de ideias, constituem ingredientes fundamentais da vida e do progresso colectivos; O PS bate-se por uma ordem económica internacional mais regulada e justa, pelo que é favorável a uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

globalização eticamente informada e democraticamente controlada, que seja um factor de avanço social e estimule o desenvolvimento de todas as nações e povos, esbatendo as fronteiras entre Norte e Sul. Combate, por isso, as tendências para o domínio do mundo por poderes económicos que escapem ao controlo democrático e defende a organização de novas formas de regulação supranacional. Foi com base nestes e outros princípios que o PS construiu o seu programa eleitoral e foi a eleições legislativas, no passado dia 27 de Setembro e eleições autárquicas, no passado dia 11 de Outubro. O PS conseguiu garantir a confiança dos portugueses. 36,55% dos votos expressos, correspondentes a 97 mandatos na Assembleia da República. Nas eleições autárquicas, o PS no Montijo, apresentou-se aos cidadãos montijenses com a prestação de contas de um mandato onde foi possível criar mais e melhores condições de vida no concelho; foi possível cumprir com o prometido. O PS Montijo mais uma vez fez obra e com as contas em dia; o PS Montijo apresentou-se com dez compromissos essenciais ao desenvolvimento sustentável da cidade e das freguesias do concelho. Reinventar estruturas de participação que contribuam para que as políticas públicas tenham a marca de uma cidadania responsável; olhar ainda com mais atenção e equidade para os problemas da solidariedade social, da coesão social e territorial num contexto económico e financeiro bastante adverso; reforçar o processo de modernização administrativa dos serviços da Câmara Municipal de Montijo; terminar a revisão em curso do PDM e as preocupações com o ordenamento do território, decorrente desta revisão e da construção do aeroporto e de outras infra-estruturas no concelho de Montijo; criação de condições em todo o concelho para mais e melhor emprego, onde as parcerias com as universidades para pensar o desenvolvimento estratégico possam assumir uma nova dimensão; a cultura e a defesa do património edificado e natural; os jovens sempre foram e continuarão a ser um activo estratégico da maior importância para nós; é nossa preocupação fundamental



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

manter em Montijo os elevados níveis de qualidade que têm caracterizado a qualidade de vida da cidade, há que manter uma ligação afectiva entre a cidade histórica e a cidade nova; o 9º compromisso do PS prende-se com a promoção de uma sociedade com bem-estar e qualidade de vida, há que estender a prática desportiva à maioria dos nossos munícipes, de forma atractiva, tendo como perspectiva o bem-estar, a qualidade de vida e a aquisição de hábitos desportivos; por último, o 10º compromisso passa por contribuirmos para a construção de um concelho moderno competitivo e seguro. Dentro destes compromissos, o PS apresentou um programa eleitoral aos montijenses. O Programa Eleitoral do Partido Socialista é um contrato com os cidadãos. É como a palavra de honra, para cumprir. Apresentamos propostas concretas, exequíveis e realistas da educação à solidariedade; da cultura ao desporto; da modernização administrativa à qualificação de recursos humanos; da promoção e desenvolvimento económico à ciência e tecnologia; do ambiente à saúde; da protecção civil à segurança dos cidadãos; do ordenamento do território ao urbanismo; e das parcerias com o movimento associativo à juventude. Ao mesmo tempo, apresentamo-nos com o Código de Conduta dos eleitos locais do PS Montijo. Assumimos perante os cidadãos de Montijo um conjunto de compromissos, de forma a darem mais transparência à gestão autárquica, mais credibilidade à acção política e a possibilidade de um maior controlo dos nossos actos perante os cidadãos. A responsabilidade, a liberdade, a transparência e a defesa do interesse público nortearão a nossa acção. Os resultados nas eleições autárquicas do passado dia 11 de Outubro traduziram-se numa expressiva vitória do PS no concelho de Montijo, obtendo 8952 votos (48, 74%) dos votos expressos em urna. Este resultado corresponde a um aumento de 1968 votos do PS em relação às autárquicas de 2005. O PS reforçou a maioria absoluta no concelho de Montijo em número de votos, de mandatos e de Juntas de Freguesia. A vitória reforçada do PS nas eleições autárquicas de 11 de Outubro enchem-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

nos de orgulho, mas um orgulho feito de humildade, tolerância, respeito pelos adversários e conscientes da responsabilidade redobrada que nos foi conferida pelo voto maioritário dos eleitores de Montijo. Somos conscientes nas nossas obrigações e deveres. Acreditamos que a esmagadora confiança depositada pelos cidadãos montijenses no PS e nos seus candidatos e autarcas advém, em grande parte, da forma como encaramos a política e como fazemos política em nome dos superiores interesses do concelho e do bem comum. Mais uma vez, aqueles que de outra forma estão na política viram totalmente frustradas as suas práticas. É importante a oposição retirar as devidas ilações dos resultados eleitorais. Se por um lado, a visão desconexa que têm para o concelho, onde falam das mesmas coisas à vários anos, onde prometem de forma avulsa e desmedida mundos e fundos cobertos de demagogia, está visível aos olhos dos eleitores, por outro lado, torna-se evidente aos olhos de todos a sua forma de estar na política. Não é demais aqui invocar a falta de seriedade política de muitos dos autarcas da oposição. A desonestidade intelectual e até a pressuposta superioridade intelectual com que alguns se vêm, julgam ser vistos, talvez por obra e graça do espírito santo, mas que na realidade não passam de seres que se olham aos espelho e não vêm o que toda a gente vê, procuram apenas um rotulo de afirmação social, que lhes sirva de capa para encobrir não sabemos bem o quê! A mentira, a falsa modéstia, o ser contra pelo contra, o desconhecimento da realidade social do concelho, a incapacidade política e a falta de trabalho de alguns e algumas foram penalizados pelos eleitores no passado dia 11 de Outubro. A bancada do PS na Assembleia municipal de Montijo saúda todos os montijenses que, mais uma vez, manifestaram a sua confiança nos socialistas e todos aqueles que, nestas eleições, contribuíram com o seu voto para o reforço da maioria absoluta do PS. A todos os eleitores que votaram nos partidos da oposição queremos manifestar o nosso respeito e prometer que tudo faremos para estar ao serviço de todos, tenham ou não votado no Partido Socialista. Ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

executivo socialista desejamos a maior sorte e audácia para continuar a construir um concelho mais coeso, mais forte do ponto de vista social, mais moderno, desenvolvido de forma sustentável, indo ao encontro das reais necessidades das pessoas. Aos partidos da oposição aqui representados, manifestamos a nossa vontade de contribuirmos para o engrandecimento da nossa terra, para lutarmos em conjunto por um Montijo ainda melhor. Podem contar connosco para a elevação do debate de ideias, para valorizar a política e realçar a sua nobreza. Convidamo-los a caminhar lado a lado no debate honesto, na defesa das melhores propostas, desafiamo-los a reconhecerem o excelente trabalho desenvolvido pelos autarcas do PS nos últimos 12 anos no concelho de Montijo; teremos a humildade para reconhecer os nossos erros, desafiamo-los a terem uma nova conduta política capaz de valorizar o que a esmagadora maioria dos nossos concidadãos têm valorizado.”-----

O Deputado Municipal – Ricardo Caçoila, no uso da palavra, apresentou à Assembleia Municipal, duas **Recomendações** e um **Protesto**, os quais passo a transcrever, respectivamente: **“Para que sejam sinalizados as empresas com lucros até 150.000 €** As Micro, Pequenas e Médias `Empresas vivem hoje um período conturbado, fruto da conjuntura económica nacional e internacional. São estas empresas que ainda mantêm vivos os centros das cidades, dão cor as ruas dos municípios e são factor determinante para o desenvolvimento local através dos negócios familiares ou na captação de emprego local com maior ou menor qualificação. A retracção económica que hoje se vive e a proliferação dos grandes centros comerciais atinge a generalidade dos agentes económicos locais, afectando a sustentabilidade natural dos micros, dos pequenos e dos médios negócios. Consequentemente também os do Montijo são afectados. A intensificação da globalização tem vindo a colocar crescentes desafios aos pequenos e médios empresários que vêem assim as suas margens comerciais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

diminuírem pondo em risco a sua própria sobrevivência. Considerando o papel relevante que estes Pequenos e Médios Empresários têm no tecido económico, empresarial e na criação de emprego. O membro do Bloco de Esquerda, eleito para a Assembleia Municipal de Montijo, propõe a 28 de Dezembro de 2009 ao executivo camarário a elaboração de um estudo com vista a avaliar a possibilidade de deliberar lançar no próximo ano de 2011 uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000 €, ao abrigo do número 4 do art. 14.º da lei n.º2/2007 de 15 de Janeiro.” **“Para que sejam sinalizados os prédios urbanos degradados e devolutos** O crescimento incontido das áreas urbanas, o correspondente despovoamento dos centros urbanos e as políticas desastrosas de habitação dos últimos anos, motivam que nas nossas cidades exista hoje um número crescente de imóveis degradados e devolutos. Tal sucede também no centro do Montijo. Trata-se de uma situação que, além de degradar o ambiente urbano, distorce profundamente o mercado de habitação, penalizando as condições de habitação de muitas famílias que são forçadas a fixar-se longe dos centros urbanos e efectuar diariamente longas deslocações. Além disso, é também uma situação que potencia alguns riscos, como o de incêndio, desabamentos, locais possíveis de proliferação da criminalidade, entre outras. O Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) faculta aos municípios um conjunto de instrumentos que permitem desincentivar estas situações, penalizando-as fiscalmente. A sua utilização carece, porém, de um processo prévio de identificação dos prédios degradados e devolutos há mais de um ano, existentes na área do município. **PRÉDIOS DEVOLUTOS** - O Decreto-Lei n.º 159/2006 de 8 de Agosto, define que se consideram devolutos os prédios ou fracções que durante 1 ano se encontrem desocupados, sendo indícios de desocupação a inexistência de contratos ou facturação de consumos de água,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

*gás, electricidade e telecomunicações. PRÉDIOS DEGRADADOS – O artº 112º do DL 287/2003 regula que os prédios urbanos degradados, são os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. Pelo exposto, o eleito pelo Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Montijo, **RECOMENDA** à Câmara Municipal de Montijo que proceda, com a urgência necessária, à identificação dos prédios urbanos degradados e devolutos há mais de um ano, existentes na área do município e a disponibilização da listagem final aos membros da Assembleia Municipal de Montijo para uma efectiva discussão do I.M.I. para 2011.”* **“PROTESTO AUSENCIA INFERIOR A 30 DIAS** Realizaram-se no dia 14 de Dezembro nos 18 Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira, as eleições para a Assembleia Metropolitana da Área Metropolitana de Lisboa para o mandato de 2009-2013. Como membro eleito para a Assembleia Municipal de Montijo tenho direito, como todos os membros eleitos das Assembleias Municipais dos municípios acima referidos a eleger os futuros membros da AML, para isso fui convocado pelos serviços da Assembleia Municipal de Montijo. Uma vez que não me era possível estar presente na referida eleição por motivos profissionais solicitei que o elemento imediatamente a seguir a mim me fosse substituir no acto da votação. A esta solicitação os serviços responderam-me que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Montijo tinha comunicado que tal não era possível e que para esta votação não existia a substituição de membros. De acordo com o Artigo 78 da Lei das Autarquias Locais que rege o funcionamento dos órgãos autárquicos eleitos, a substituição de membros pode ser efectuada para a situação acima referida. **QUADRO DE COMPETÊNCIAS E REGIME JURÍDICO DE**



R. Paly
Montijo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DOS MUNICÍPIOS E DAS FREGUESIAS.

Artigo 78.º Ausência inferior a 30 dias. -----

1 - Os membros dos órgãos das autarquias locais podem fazer-se substituir nos casos de ausências por períodos até 30 dias. -----

2 - A substituição obedece ao disposto no artigo seguinte e opera-se mediante simples comunicação por escrito dirigida ao presidente do órgão respectivo, na qual são indicados os respectivos início e fim. -----

RETIRADO DE: -----

http://www.pgdlisboa.pt/pgdl/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=592&tabela=leis ----

Solicito que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal me confirme qual a lei que recusa a substituição de eleitos na situação referida e que suportou a sua decisão?"-----

O Deputado Municipal – Fernando Coelho, no uso da palavra, fez uma **Intervenção Política**, cujo teor passo a transcrever: “O tópico económico marcante do pós-guerra tem sido o crescimento económico, tendo a sua realização sido vista em termos de acréscimo no rendimento nacional, tornando-se um dos principais objectivos de política económica da maior parte dos Países: a virilidade nacional é simbolizada pela taxa de crescimento do PIB, constituindo a única esperança de redução ou eliminação da pobreza e panaceia para todos os problemas económicos, enfatizando-se os seus efeitos na qualidade de vida dos Cidadãos. Só que crescimento económico não é sinónimo de desenvolvimento económico, pois a este interessa, não a medição das quantidades brutas indiscriminadas de bens e serviços produzidos, mas o grau de disponibilidade, para todos, desses mesmos bens e serviços. Há aspectos qualitativos e de distribuição que têm de ser considerados como caracterizadores do grau de evolução social para além de acautelar o meio ambiente e a qualidade de vida numa sociedade que os tem sacrificado em favor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

da produção como objectivo. Ao desenvolvimento económico interessa o crescimento económico; mas apenas como meio ou instrumento ao serviço do desenvolvimento económico e não como objectivo em si. Que interessa ter uma economia a crescer, se apenas uma minoria dos Cidadãos irá beneficiar, enquanto a maioria piora a sua situação, alargando-se o fosso entre ricos e pobres e esmagando a classe média? Devemos ter cautela coma a Crescimentomania e formular políticas de desenvolvimento económico e planos que as implementem porque, ao nível nacional, se deparam sempre dificuldades concretas na execução da política sócio-económica e também, porque, raro será o País que não se depara com a existência de regiões problema, sejam elas regiões subdesenvolvidas, deprimidas ou congestionadas. Portugal necessita de otimizar a gestão dos recursos disponíveis e a descentralização constituirá certamente um factor decisivo para se atingirem melhores e mais eficientes níveis de satisfação das necessidades colectivas, num quadro mais exigente, que não assenta exclusivamente numa perspectiva de crescimento económico, mas antes de desenvolvimento sustentável. O sucesso do nosso país dependerá do desenvolvimento estratégico das suas regiões, o qual passa por expandir e aperfeiçoar, quer as actividades tradicionais de cada região, quer as actividades terciárias superiores e também a promoção da investigação, da inovação científica e tecnológica. Daí um importante papel da Regionalização, estimulando a concorrência inter-regiões e inter-cidades, na certeza de que tal concorrência gerará complementaridades necessárias ao estabelecimento de uma rede abrangente e equilibrada assente em diferentes pólos de desenvolvimento. O desenvolvimento regional passa obrigatoriamente pela melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente, indicadores que, em paralelo com os indicadores económicos, sociais e culturais, irão aferir a riqueza e modernidade do nosso País.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

A Deputada Municipal – Celina Figueiredo, no uso da palavra, leu uma Intervenção Política e a Moção n.º 2, subscrita pelos eleitos da CDU, cujos teores se transcrevem, respectivamente: “Estamos no final de mais um ano, uma ano terrível para os trabalhadores e camadas anti-monopolistas, um ano de crise, de desemprego, de baixos salários e de reformas de miséria. A crise económica e social de brandes proporções que vivemos, fruto não só da crise estrutural que partilha e sofre o agravamento da crise do sistema capitalista internacional, mas também (e já há muito tempo) das políticas de direita, encetadas pelos sucessivos e actual governo – PSD, CDS e PS, que através dum modelo de baixos salários e do agravamento da distribuição dos rendimentos, semeando o desemprego, a fome, a miséria, que entrou em casa de muitas e muitas famílias. Há muito tempo que o PCP vem alertando e denunciando, para o elevadíssimo endividamento das famílias, resultante da destruição do tecido produtivo e do agravamento da distribuição da riqueza, que tem ao longo dos anos sem interrupções agravado as condições económicas e sociais da maioria do povo português. Processo, este ao arripio e contra a Constituição da República Portuguesa e ao serviço do grande capital, com a reconfiguração do Estado aos interesses capitalistas e à subjugação do poder político ao poder económico, com perda de soberania nacional e cada vez mais dependentes do exterior. Como resultado deste malfadado processo são dois milhões de pobres, os 700 mil desempregados, o trabalho precário, os baixos salários e as reformas de miséria, ao mesmo tempo que os grandes grupos económicos aumentaram de forma galopante os seus exorbitantes lucros. Só não foram mais longe nesse famigerado processo porque a luta dos trabalhadores e de todas as camadas anti-monopolistas, não o deixaram, e infligiram nas urnas uma pesada derrota às políticas de direita, praticadas pelos sucessivos e actual governo. Um Ano Novo mais feliz é desejável e possível, com novas políticas que rompam com o actual estado de coisas. Da nossa parte fiéis aos compromissos eleitorais temos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

vindo a apresentar na Assembleia da República um conjunto de leis que visam: - Alargamento dos critérios de acesso e prolongamento do período de atribuição do subsídio de desemprego; - Alteração dos aspectos negativos do código de trabalho e da legislação laboral da Administração Pública; - Aumento dos salários, nomeadamente do salário mínimo nacional em 25 € e das pensões mais baixas; - Plano Nacional de combate à precariedade; - Salvaguarda do Direito à Reforma aos 65 anos e possibilidade da sua antecipação sem penalizações para carreiras contributivas de 40 anos; - Revogação do Estatuto da Carreira Docente e alteração do modelo de avaliação dos professores; Revogação da Lei de financiamento do ensino Superior; - Projecto de Proibição de aplicação de taxas nas transacções Multibanco; - Alteração do regime Tributário das grandes empresas, bem como das micro, pequenas e médias empresas, no sentido de uma maior justiça fiscal; - Fim das taxas moderadoras na saúde; - No âmbito do combate à corrupção proposta de enriquecimento ilícito. Ao contrário de outros não defendemos a reformulação deste sistema neo-liberal que tão maus resultados tem dado ao país e ao mundo. Não basta diagnosticar a doença, é preciso, é imperioso a medicação certa, que não passa pela mesma que deu origem à doença. É urgente a ruptura com esta política, é necessário uma verdadeira política de esquerda, põe um país mais justo e democrático!" -

“Moção n.º 2 – Considerando que a construção de um novo hospital público corresponde aos direitos, interesses e necessidades da população do concelho. Considerando que a construção do novo aeroporto internacional de Lisboa no concelho do Montijo, coloca uma redobrada necessidade a construção do referido hospital. Considerando que das mais variadas formas a população já se manifestou em defesa da construção de um novo hospital; Considerando que a saúde é um direito que a Constituição da República Portuguesa consagra; A Assembleia Municipal do Montijo reunida em 28 de Dezembro de 2009,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

delibera: Reclamar a construção de um novo hospital público que sirva as populações Montijo/Alcochete.-----

*Ainda no uso da palavra a **Deputada Municipal – Celina Figueiredo**, fez uma **Intervenção** sobre a Moção n.º 2, acima transcrita e disse o seguinte: “É urgente, é legítimo, é uma necessidade e espelha o anseio da nossa população, um hospital novo que sirva as populações de Montijo e Alcochete. Quando o PS refere que não é possível, que não é necessário, que seria faltar à verdade, e prometer o que não é possível, então é necessário, de facto saber o que se passa no hospital, como é que as pessoas são atendidas e tratadas. É por exemplo, o tão anunciado serviço de Oftalmologia ou Ortopedia, de facto não passam de anúncios políticos para parecer que tudo funciona bem. O Centro Hospitalar, não veio melhorar o atendimento nos hospitais do Montijo e do Barreiro. O Centro Hospitalar foi uma manobra política para travar a luta da população quando se manifestou em várias e grandes iniciativas contra o encerramento do Serviço de Urgências do Hospital do Montijo. É natural que as populações tenham medo de ficar sem hospital, e não se pode comparar, como a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Montijo, fez, não pode comparar, em caso de referendo, entre um automóvel de baixa cilindrada e um Mercedes, mas em relação ao hospital é obvio que todas as pessoas necessitam de um hospital que as sirva, proteja, cuide, com dignidade e segurança. É que sem Mercedes, podemos andar de autocarro ou a pé, mas sem hospital – podemos correr riscos sérios de vida. Não é compreensível que, se apregoe, que o hospital ou melhor o Centro Hospitalar, funciona muito bem, se por exemplo: Numa enfermaria de Medicina Interna, uma doente com AVC e que tem problemas de fígado, por falta de pão ao pequeno-almoço, impõem-lhe que tome nestum com mel. A doente insiste que é doente do fígado e não pode tomar leite e exige que o Sr. Director do Hospital, seja chamado a tomar conhecimento do ocorrido. Depois de a*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

enfermeira lhe ter dito que o hospital não é um hotel de cinco estrelas onde se escolhe o pequeno-almoço, o Senhor Director foi chamado ao local e pedindo desculpas mandou ir buscar pão. Outra situação, um operário que estava a soldar na oficina onde trabalhava, entrou-lhe uma “coisa” para a vista e como soube através do Jornal do Montijo que já há consulta de Oftalmologia no Hospital do Montijo, dirigiu-se às urgências, esperou 2 horas, não foi observado por nenhum oftalmologista, e foi enviado para o Barreiro onde esperou mais 3 horas. Resultado a ida ao Hospital do Montijo, só serviu para empatar tempo é a pessoa estar em sofrimento. São dois exemplos, dois mitos, infelizmente episódios que acontecem diariamente no Hospital do Montijo. Nós PCP, temos apresentado e vamos continuar a apresentar na Assembleia da República, a proposta da necessidade da construção de um novo Hospital Público para o Montijo. A saúde é um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa, é um direito pelo qual vamos continuar a lutar. Não é possível voltar as costas, fingir que não se passa nada, que o Centro Hospitalar funciona muito bem, na verdade o que se passa é que em concreto, as pessoas não sabem o que é o Centro Hospitalar, sabem é que continuam a ser mal atendidos, mal servidos, no Hospital do Montijo e do Barreiro. Essa é que é a realidade. Já alguém foi a uma consulta de Oftalmologia no Hospital do Montijo? Então como podem dizer que funciona bem? Ouçam o que as pessoas têm a dizer, ouçam as preocupações e anseios, os medos que têm. A falta de meios que o Hospital tem, os técnicos de saúde que não falam sequer português. É importante também deixar bem claro, que eu enquanto membro do PCP, não fico nada aflita nem preocupada com a construção de hospitais particulares, fico sim, preocupada com a falta de Serviços Públicos de Saúde, para aqueles que sem terem meios económicos, ou seguros de saúde ou ADSE, não podem ir para os Hospitais Particulares. É com essas pessoas de baixos recursos, bem basta a situação em que o país se encontra, o número de desempregados, as baixas reformas, os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

baixos salários, são esses os mais prejudicados, são os que não podem escolher entre o particular e o privado, são esses que ficam à mercê do mau atendimento, de falta de meios técnicos e humanos no hospital. É com esses que nós nos devemos preocupar hoje e no futuro. Por isso é preciso, projectar a construção de um novo hospital – que demora cerca de 10 anos a aprovar e a construir. “---

O Deputado Municipal – José Caria, no uso da palavra, leu uma **Declaração**, que passo a transcrever, intitulada “**Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social** O Município de Montijo desenvolve, desde 1998, um trabalho sustentado, progressivo e estratégico, em parcerias várias, na área da Acção Social, Solidariedade e Saúde de que são exemplos os domínios da Toxicodependência, Idosos, Pessoas com Deficiência, Igualdade de Oportunidades, Violência Doméstica, Apoio a Imigrantes, Combate à Pobreza e à Exclusão Social; Desde 2001 que estamos na Rede Social; e temos Conselho Local de Acção Social, Comissões Sociais de Freguesia, e Plano de Desenvolvimento Social e de Saúde avaliado, monitorizado e em actualização (cujos oito projectos em curso atestam bem...) E porque assim é, “o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social (2010)” (decisão do P. E. e do Conselho publicada no Jornal Oficial da EU, edição L298, em 07.11.2008, pág. 20) conta com o empenho dos Autarcas e Dirigentes do PS no Conselho de Montijo. O Grupo Municipal do partido Socialista na Assembleia Municipal de Montijo, para o “ Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social (2010)”: **1. Apela aos Executivos e de Freguesias, às Assembleias de Freguesias, às I.P.S.S.^(S) com actividade no Concelho, às Igrejas e associações Religiosas, às Instituições e Associações Cooperativas Sociais, I.E.F.P., Escolas, Centros e Extensões de Saúde, para que, durante o ano de 2010, 1.1. Contribuam ainda mais para combater a pobreza das Crianças e dos Idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de Cidadania; 1.2 Desenvolvam**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

reforçadamente o trabalho para corrigir desvantagens na Educação e Formação/Qualificação; 1.3 E, sempre que possível, em Partenariado, Parcerias, e Redes Sociais, apliquem esforços acrescidos para ultrapassar discriminações, reforçando a integração de grupos específicos, nomeadamente: pessoas com deficiências e incapacidades, imigrantes e minorias étnicas, pessoas sem-abrigo.

2. O Grupo Municipal do partido Socialista na Assembleia Municipal de Montijo convoca como objectivos e princípios orientadores e continuados: 2.1 O reconhecimento dos direitos; 2.2 A responsabilidade partilhada e participação; 2.3 A Coesão; 2.4 O empenho e Acções Concretas; 2.5 A integração da perspectiva da igualdade dos Géneros; 2.6 A acessibilidade.

3. O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Montijo, transmite a todas as forças vivas e actantes no Concelho nas áreas Social, Solidariedade, Saúde, Habitação e Emprego, a todas as Entidades, Instituições e Associações envolvidas na Acção para a Inclusão e Protecção e Segurança Social, e a título indicativo simples, a necessidade, oportunidade e pertinência de: 3.1 Promoção de estratégias multidimensionais integradas para prevenir e reduzir a Pobreza, e abordagens que sejam integradas horizontalmente; 3.2 Combate à pobreza infantil e à transmissão intergeracional da pobreza, bem como à pobreza no seio das famílias (numerosos, monoparentais, com dependentes a cargo...); 3.3 Mitigação das lacunas da educação e formação, incluindo a formação em literacia digital; 3.4 Abordagem reforçada nas dimensões de Género e Idade da pobreza; 3.5 Promoção desenvolvida e continuada de abordagens integradas de inclusão activa, vencendo discriminações, incluindo imigrantes e minorias étnicas. No Concelho de Montijo temos já muito trabalho desenvolvido (pelo Executivo Municipal, no CLASS, nas C. S. Faz, nas I.P.S.S^(S) e outras instituições e Associações...); Saberemos pois, Organismos Públicos relevantes, Organizações da Sociedade Civil e Organizações de defesa e representação dos interesses das PESSOAS que vivem situações de exclusão social, Parceiros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Sociais, Prestadores de Serviços Sociais, Associações de utentes, sector voluntário, financiar, objectivar, programar, projectar e estruturar o “Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social (2010)” com aplicação às necessidades e prioridades de INCLUSÃO SOCIAL que desafiam a Comunidade Concelhia nas suas OITO FREGUESIAS. “-----

O Deputado Municipal – José Ferra, no uso da palavra, leu uma **Moção n.º 3**, cujo teor se transcreve. “ - Considerando que a organização democrática do estado compreende a existência de autarquias locais, que a Constituição da República Portuguesa consagra (n.º 1 do artigo 235º). – Considerando que as Autarquias Locais são pessoas colectivas territoriais, dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas e que a Constituição da República Portuguesa consagra (n.º 2 do artigo 235º). – Considerando que o órgão Junta de Freguesia é o primeiro patamar do poder local, aquele que mais perto está das populações, e que é determinante no nosso estado de direito democrático na melhoria das condições de vida da população. – Considerando que as Juntas de Freguesia devem ser dotadas de protocolos de descentralização acompanhados dos devidos meios. Considerando que a Câmara Municipal de Montijo não consagra de forma clara na sua proposta de orçamento a delegação de competências através de protocolos com as Juntas de Freguesia. – Considerando que algumas Juntas de Freguesia adquiriram meios para poderem executar os protocolos de delegação de competências. – Considerando que a Câmara Municipal transmitiu, aquando da discussão e aprovação da delegação de competências nas Juntas de Freguesia, que eram instrumentos a melhorar e a aprofundar. – Considerando que as Juntas de Freguesia não são meros passadores de atestados, e que a não contemplação de protocolos de descentralização significa um recuo nas melhorias das condições de vida das populações. A assembleia Municipal de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Montijo, reunida em 28 de Dezembro de 2009, delibera: - Manifestar a sua preocupação e desacordo pela não existência clara de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, na proposta do plano de actividades/orçamento da Câmara Municipal de Montijo para 2010. – Reclamar protocolos de descentralização de competências para as Juntas de Freguesia acompanhados dos devidos meios.”-----

A Presidente da Câmara – Maria Amélia Antunes, no uso da palavra, fez uma Análise aos resultados eleitorais no concelho do Montijo, cujo teor a seguir se transcreve: “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Esta é a primeira reunião ordinária da Assembleia Municipal do actual mandato autárquico. Por assim ser, cumpre-me fazer uma breve análise aos resultados eleitorais no concelho de Montijo e retirar algumas lições que poderão enriquecer politicamente quem delas quiser e desejar tirar partido. As eleições autárquicas do passado dia 11 de Outubro de 2009 traduziram-se numa expressiva vitória do PS no concelho de Montijo, obtendo 8952 votos (48, 74%) dos votos expressos em urna. Este resultado corresponde a um aumento de 1968 votos do PS em relação às autárquicas de 2005. O PS reforçou a maioria absoluta no concelho de Montijo em número de votos, de mandatos e de Juntas de Freguesia. O conjunto dos votos do PSD e do CDS traduziram-se, face às eleições de 2005, num aumento de 197 votos. A CDU, que obteve 2911 votos, perdeu 384 nestas eleições autárquicas face a 2005. O próprio BE, que projectava uma representação no executivo municipal, obteve 878 votos, subindo apenas 171 votos em relação às autárquicas de 2005. Ao contrário das previsões e da vitória antecipada e projectada pela direcção local do PSD, os cidadãos de Montijo entenderam, por expressiva maioria eleitoral, rejeitar as certezas da direcção local do PSD e premiar a mudança socialista iniciada em 1998, reafirmada em 2001 e 2005 e reforçada em 2009. No que à CDU diz respeito, os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

resultados em urna reflectem a derrota de quem não conseguiu perceber, desde 1997, as razões de uma mudança. Em vez de um projecto sustentado em ideias e pressupostos estratégicos, preferiram desenterrar a reivindicação do novo hospital e do Cais do Seixalinho. A CDU foi o único partido que perdeu votos face às eleições de 2005, um feito que nem o MRPP conseguiu igualar, uma vez que obteve mais 148 votos do que em 2005. Vejamos agora, de forma muito resumida, o modo como os principais candidatos da oposição à presidência da Câmara Municipal de Montijo se posicionaram face à realidade política e partidária no concelho, algumas semanas ou meses antes das eleições de 11 de Outubro de 2009. A candidata do PSD, Lucília Ferra, foi entrevistada pela rádio Popular FM, em 17 de Novembro de 2008. Eis algumas perguntas e respostas, resumidas, desta entrevista: -----

Pergunta: Acha que o PS se acomodou a esta gestão? Resposta: Acho que o PS acima de tudo se esgotou completamente. Esgotou-se a nível de quadros, a nível de ideias, esgotou-se a nível da capacidade e da dinâmica de empreender. Isso, para mim, é absolutamente claro. Esgotou-se.

Pergunta: Mas considera que da forma que a autarquia está a gerir o concelho, está a preparar o terreno para receber o novo aeroporto e beneficiar os tais investimentos que fala? Resposta: Eu neste momento acho que o Partido Socialista que governa a Câmara do Montijo, há sensivelmente 12 anos está perfeitamente esgotado, tem relevado uma inactividade total e não tem capacidade de projectar esse investimento, nem de acolher esse investimento. E aquilo que digo não são só palavras, basta pensarmos naquilo que tem vindo a acontecer nos últimos anos.

Pergunta: Acha que o eleitorado ele próprio está cansado desta falta de investimentos por parte da gestão autárquica PS? Acha que o PSD pode vencer estas eleições e ter um melhor resultado do que em 2005? Resposta: Eu acho fundamentalmente que as pessoas, neste momento, estão um bocadinho desacreditadas da política, também com alguma razão sem dúvida, estão um pouco conformadas, desiludidas, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

precisam de alguém que lhes transmita alguma esperança que as coisas possam ser melhores. -----

*Acho que o dia-a-dia da grande maioria dos montijenses, daqueles que lá vivem, daqueles que escolheram o concelho para fazer dele a sua casa **estão à espera de ver alguma luz ao fundo do túnel que não conseguiram até agora com o PS.** Senhoras e Senhores Deputados, Desta entrevista da candidata do PSD, ressalta a ideia, por ela enfatizada, de um PS esgotado, inactivo, de um eleitorado desiludido e ansioso por ver, como dizia a candidata, uma luz ao fundo do túnel. Essa luz ao fundo do túnel, intensa e fulminante, se algum dia existiu foi na cabeça de quem a projectou. Também o candidato do BE fez declarações à comunicação social. Em entrevista ao Setubalrede, Cipriano Pisco criticava a transferência dos barcos do cais dos vapores para o Seixalinho. Depois de relembrar os cerca de 1750 votos que o BE obteve no concelho para o Parlamento Europeu, Cipriano Pisco acreditava que o partido viria a ter, pela primeira vez, “representação no executivo”. Por sua vez, Joaquim Batalha, candidato pela CDU à câmara do Montijo, considerou, em entrevista ao “Setúbal na Rede”, que o município “não necessita de tanto betão”. Na sua opinião, o Montijo é, neste momento, um “dormitório”, devido à construção que foi feita e à diferença de nível dos transportes, o que faz com que o concelho esteja “desertificado e a população fuja da cidade. Além disso, lamenta as zonas verdes insuficientes e a “pouca qualidade de vida” do concelho. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Se analisarmos com atenção as declarações à imprensa dos principais candidatos, nossos opositores à presidência da Câmara Municipal de Montijo, há coisas comuns entre eles: Uma delas é a tentação de transformar em questões essenciais, problemas que não têm qualquer relevância para os munícipes de Montijo (casos do Cais do Seixalinho, novo hospital de Montijo, Montijo concelho dormitório, etc). Por outro lado, não se conhecem a eles próprios e muito menos conhecem os pontos*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

fortes e fracos da maioria socialista. Neste campo, o PSD é campeão da falta de acerto total na análise concreta da realidade e dos seus adversários. Quando nos acusam de sermos um partido esgotado, desacreditado, inactivo, sem ambição nem soluções, fazem um diagnóstico da situação que em nada corresponde à realidade concreta nem ao modo como os cidadãos vêm e viram eleitoralmente o Partido Socialista. Os cidadãos eleitores puseram a nu e a ridículo todos os que teimaram em fazer uma análise distorcida e pouco séria da realidade, e quiseram manipular e enganar os cidadãos eleitores, em nome do que diziam ser a verdade e a sede de mudança que, segundo eles, já sorria e podia ser observada na luz cintilante ao fundo do túnel. Como podem agora estes políticos que desconhecem por completo a realidade onde actuam conviver com os cidadãos deste concelho? Como podem agora estes políticos que recorrem a campanhas de maledicência e do bota-abaixo conviver com os cidadãos deste concelho? Como podem agora estes políticos que fazem constante e recorrentemente análises distorcidas e desfocadas da realidade conviver com os cidadãos deste concelho? Para estas interrogações só pode haver uma resposta: Como defendo há muito, há gente que não pode estar na política, por falta de imperativo ético e político. Os cidadãos costumam dar-lhes a devida resposta em sucessivos actos eleitorais, mas eles continuam teimosamente na actividade pública, com o mesmo discurso, a mesma prática, os mesmos hábitos, os mesmos comportamentos e as mesmíssimas análises, derrotadas pelos montijenses em sucessivos actos eleitorais. Numa palavra, nada aprendem com a vida. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Nestes quatro anos, como recordámos no período que antecedeu a pré-campanha eleitoral, o PS mexeu com o concelho e com a cidade como nunca havia acontecido. Modernizámos o parque escolar, transformando-o num dos melhores do país. Inaugurámos a Escola Profissional do Montijo. Apoiámos os idosos, as mulheres vítimas de violência e os toxicodependentes. Requalificámos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

a zona ribeirinha, construímos ETARs em todo o concelho, melhorámos a rede de abastecimento de água, que abrange hoje 99% da população, e o sistema de esgotos. Construímos a Circular Externa, o Arquivo municipal, o Museu Agrícola da Atalaia, o Pólo Cultural do Afonsoeiro (Sede do Rancho do Afonsoeiro) os Pólos de Biblioteca em Canha e na Atalaia. Publicaram-se inúmeras obras sobre património municipal. Construímos e asfaltámos estradas nas zonas este e oeste do concelho. Melhorámos o sistema de iluminação pública, criámos espaços verdes e plantámos milhares de árvores, requalificámos o espaço público, dinamizámos a cultura, o desporto e o multiculturalismo. Os partidos da oposição não souberam, até hoje, reconhecer esta obra e muito menos reconhecer a sua própria derrota eleitoral, preferindo refugiar-se em explicações obtusas e sem conteúdo, o que não lhes permite tirar lições dos erros cometidos para poderem seguir em frente com outra visão. Os protagonistas que escolheram não se mostraram credíveis aos olhos do eleitorado, alguns eram reincidentes mas os respectivos partidos não tiraram e continuam sem tirar as devidas lições de tais decisões. Da nossa parte procuramos fazer uma leitura humilde dos resultados eleitorais. Ganhámos as eleições, mas continuamos a lutar por ganhar a batalha do progresso sustentável e do desenvolvimento. Não queremos nem desejamos que o envolvimento de muitos cidadãos na vida pública se resuma à participação eleitoral de quatro em quatro anos e outros até nem no próprio acto eleitoral participam. Isso preocupa-nos e muito. A todos os eleitores que votaram nos partidos da oposição queremos manifestar o nosso respeito e prometer que tudo faremos para governar a Câmara ao serviço de todos, tenham ou não votado no Partido Socialista. A aprovação na semana passada da candidatura para a requalificação e Dinamização da Frente Ribeirinha, no valor de mais de três milhões de euros, são um indicador significativo de que o PS vai continuar a marcar o concelho e a sua qualidade de vida nos próximos anos.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

O Presidente da Assembleia, de seguida submeteu à votação a admissão das três Moções apresentadas pela CDU, tendo as mesmas sido Aprovadas por Unanimidade.-----

Votação da Moção n.º 1 – Aprovada por Unanimidade.-----

Votação da Moção n.º 2 – Reprovada com dezassete votos contra do PS e doze votos a favor (cinco da CDU, um do BE e seis do PPD/PSD.CDS.PP).-----

O Deputado Municipal – Avelino Antunes, no uso da palavra leu uma Declaração de Voto, que passo a transcrever “A nossa proposta de Moção de reclamação da construção do novo hospital, não é uma proposta leviana antes pelo contrário corresponde aos legítimos direitos e interesses da população do concelho que já se manifestou das mais variadas formas pela construção do novo hospital. A Senhora presidente da Câmara dizia em 2005, que a obra só seria viável em 2015, hoje em 2009 diz que a obra só será viável em 2019. O Partido socialista em relação à referida construção tem feito várias cambalhotas política dando o dito por não dito. Porque se trata de uma proposta que corresponde aos interesses da população e porque é viável e necessária a construção do novo hospital público, por isso a apresentámos e votamos favoravelmente.”-----

No uso da palavra, em relação à Moção n.º 3 – Delegação de Competências, a Presidente da Câmara – Maria Amélia Antunes, no uso da palavra, solicitou que constasse em acta o seguinte: “Esta é uma moção vergonhosa do ponto de vista da autonomia e da liberdade da vontade contratual, entre entidades, autarquias autónomas, livres e responsáveis, com órgãos eleitos próprios responsabilmente, a Câmara Municipal e a Assembleia de Freguesia. Esta é uma moção que avilta a autonomia da Câmara e a autonomia das Juntas de Freguesia, que corta a liberdade de negociar um contrato. Um contrato de delegação de competências, representa um acordo de duas vontades e não pode



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

ser imposto por uma vontade. Direi mesmo que esta moção se fosse aprovada era um abuso de poder da Assembleia Municipal. É por isso que acho que é uma vergonha, neste quadro de princípios, qualquer reclamação, qualquer moção a obrigar o Município ou uma Freguesia, seja ela qual for, a aceitar delegação de competências é de facto violador do princípio da liberdade, da autonomia de duas autarquias com órgãos próprios, eleitos, livres e democraticamente. Esta é a primeira sede de discussão que queria prestar, aqui com total clareza e inteireza, junto da Assembleia Municipal. Depois a descentralização para as freguesias deve ser reivindicada junto da ANAFRE e do Governo e de facto é esse o papel da Associação de Freguesias. É reivindicar junto do Governo competências próprias, e eu nunca vi uma moção destas, em lado nenhum, porque é uma moção vergonhosa, por aquilo que encerra, por o espírito que encerra, e estranho muito porquê a CDU apresenta esta moção. Ainda num outro quadro local. Expressei-me Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em termos de princípios, quem reivindica a quem, quem reivindica o quê, em termos de princípios gerais. E agora vamos ver aqui no Município do Montijo, a que propósito é que a CDU, apresenta esta moção desta natureza, a reclamar que a Câmara transfira competências para as freguesias, com que base, quando no orçamento aprovado na Câmara vem um valor para cada freguesia a atribuir aquando da delegação de competências, se a ela houver lugar decorrente do acordo das partes. Reparem é ou não é manipulador, então no Município do Montijo, a Câmara Municipal aprova uma verba, inferior à de 2009, é verdade, cortes orçamentais, responsabilmente tem que tocar a todos. Inclui uma verba para todas as freguesias e a CDU dá-se ao desplante de manipular as pessoas e de vir dizer que a Câmara não quer delegar competências nas Juntas de Freguesia. Senhor Presidente, estamos na presença de uma manipulação grosseira, violadora da autonomia da vontade da Câmara Municipal e das diversas Juntas de Freguesia. Senhor deputado Mata Justo, eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

estou de acordo com o senhor na discussão que fez, sobre as freguesias e a descentralização de competências para as freguesias, mas é outra sede de discussão, não é a sede desta assembleia Municipal. Não é a sede desta moção. Isso é uma verdadeira iliteracia e um atestado de facto de ignorância de menoridade a esta Assembleia ao votar favoravelmente esta moção.” -----

O Deputado Municipal – Avelino Antunes, no uso da palavra e em resposta à Senhora Presidente, disse: “A Senhora Presidente diz que nós estamos a manipular, e que esta é uma moção vergonhosa, não se trata de nada disso, mas sim do plano político. Alguns Presidentes de Junta, já manifestaram o seu descontentamento, que tiveram quando receberam esta descentralização. A questão aqui colocada é esta: -Nós sabemos que em relação ao distrito de Setúbal, temos o orçamento mais centralizador que menos descentraliza para as freguesias. Eu estou de acordo com o que o deputado Mata Justo disse, e bem, que é de facto uma questão central, que é a descentralização de competências do Governo, do poder central, para as freguesias, é importante que se dê valor às Juntas de Freguesias. Outra questão é que a Senhora Presidente tem que falar com as Juntas de Freguesia, mas o que tem que vir à redacção, é que houve descontentamento e de alguns Presidentes de Junta. E entre a Câmara Municipal e os Senhores Presidentes de Junta, está acordado os protocolos, ou está em vias de acordar, mas o que a redacção de facto esconde, então é manipuladora, e de facto esconde esta questão, ou porque está ainda por acordar, quando se sabe que à descontentamento entre os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, e deviam ter hoje aqui, a coragem de mostrar o seu descontentamento. É evidente que a Senhora Presidente tem que acordar com os Senhores Presidentes de Junta, mas as verbas previstas para os protocolos já em fase de acordo com os Presidentes de Junta. Trata-se de uma preocupação, pela não existência clara da delegação de competências, é precisamente por isso que se estivesse acordada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

com os Senhores Presidentes de Junta. E estou-me a lembrar da freguesia de Canha, a maior freguesia, com a maior área e mais diversificada da Área Metropolitana de Lisboa, que tem, ao seu lado outra freguesia, que vai ter como orçamento mais 600 mil euros, através da delegação de competências da Câmara Municipal de Palmela, isto é apenas um exemplo. Os protocolos de descentralização para as Juntas de Freguesia, seriam a aprofundar e melhorar, as dificuldades que a Senhora Presidente tem, também as outras Câmaras tiveram. Agora o que existe é uma posição política, de um projecto totalmente diferente e entendo que as freguesias, não podem sofrer por isso, porque além das transferências de competências, a própria CDU, na maior parte das freguesias, e é conhecido, temos aqui um membro da ANAFRE, que sabe, vai custear inclusivamente para além das questões das delegações de competências para dar forças às Juntas de Freguesia, porque entendo que estas são o primeiro patamar do poder local. Se a Senhora Presidente disser que os Presidentes de Junta, entendem fazer os protocolos sem os devidos meios, naturalmente que é uma razão deles, mas eu estou a discutir a nossa razão, porque também temos legitimidade de chegar aqui e colocar o que entendemos. E assim, entendemos, que as freguesias têm direito a ter protocolos com os devidos meios. Outra questão, é que de facto nesta proposta os protocolos ainda a acordar, porque houve Presidentes de Junta de Freguesia, que não concordaram com o conteúdo e colocaram claramente as questões. Esta moção não é vergonhosa e manipuladora, porque nós entendemos, que o que é mau e é vergonhoso, é se as Juntas de Freguesia não tiverem ao seu dispor aquilo que devem ter que são os devidos meios.” -----

A Senhora Presidente – Maria Amélia Antunes, no uso da palavra, referiu ainda que: “Os Senhores Presidentes de Junta aqui presentes, não viram naturalmente com bons olhos, o corte orçamental para as suas freguesias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Admito que os Senhores Presidentes de Junta, não tenham ficado satisfeitos e livremente manifestaram as suas dificuldades e discordâncias e cabe-lhes defender a sua posição, se a isso quiserem, e se a isso estiverem dispostos. Portanto, total liberdade aos Senhores Presidentes de Junta, nós não faríamos aquilo, que os senhores fariam e que pensam, que nós fazemos com os Senhores Presidentes de Junta. Por isso, os Senhores Presidentes são livres, de aceitar ou não, as delegações de competências. No último mandato, esta questão nunca se colocou, e houve sempre meios para as freguesias, nunca se colocou no plano formal de reclamar, digamos, descentralização de competências para as freguesias, por outro lado, também os Senhores Deputados estão aqui, e os Senhores Presidentes de Junta também, a delegação de competências no último mandato foi acordada e assinada, em 14 de Agosto de 2006, quase uma ano depois de nós termos efectivamente tomado posse. O que significa, que se cumprisse-mos o calendário, só para Agosto é que teríamos delegação de competências. E à de facto em cada um dos Senhores Presidentes de Junta, a noção de que provavelmente vão ter delegação de competências, vamos chegar a acordo, e provavelmente porque nem eu posso impor à freguesia, ao Presidente de Junta de Freguesia a delegação de competências, nem a freguesia me pode reivindicar ou impor à Câmara as condições que eles quiserem, por isso, é que eu acho que esta moção é aviltante e vergonhosa de qualquer autarca que preza a autonomia, a responsabilidade e a liberdade contratual.” -----

Votação da Moção n.º 3 - Reprovada com dezoito votos contra, dezassete do PS e um do Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues do PPD/PSD.CDS.PP e onze votos a favor (cinco da CDU, um do BE e cinco do PPD/PSD.CDS.PP).-----

O Deputado Municipal - Alfredo Rodrigues, no uso da palavra leu uma **Declaração de Voto**, cujo teor a seguir se transcreve: “Enquanto membro da bancada do PPD-PSD/CDS.PP eleito pelo CDS.PP faço esta declaração de voto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

relativa à moção da CDU referente aos acordos de transferência de competências da Câmara para as Juntas de Freguesia. Pela simples razão política que, face aos resultados eleitorais em que o PS obteve a maioria absoluta na Câmara e na Assembleia Municipal e tendo assento nesta Assembleia os Senhores Presidentes de Junta na sua maioria eleitos pelo PS (ou com a sua bênção), não os ouvi tecer nenhuma queixa sobre o assunto em discussão. Assim sendo não vejo, a necessidade da referida moção nem o seu resultado prático. Não a compreendo no seu conteúdo e na sua oportunidade. Entendo sim, a sua pertinência e validade, mas não no actual quadro político, preferindo deixar essa negociação ao critério dos interlocutores. Assim não posso deixar de votar contra a referida moção mesmo que de modo diferente da bancada em que estou inserido. Na defesa da “Responsabilidade Política” que defendo e cultivo, com respeito pelos resultados eleitorais e eleitores, pela liberdade do voto individual, de que não prescindo em nome da “Verdade” muitas vezes defendida, mas poucas vezes exercida na sua plenitude e que nesta bancada praticamos naturalmente.”-----

O Senhor Presidente, informou que adiava-se o período da Ordem do Dia, para a próxima reunião.-----

Seguidamente, deu por encerrada a reunião, informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, dia 29 de Dezembro, pelas 21 horas. -----

Eram zero horas e quarenta e cinco minutos. -----

SEGUNDA REUNIÃO DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA NOS DIAS 29 DE DEZEMBRO DE 2009.-----

No dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e nove, pelas vinte e uma horas e dez minutos, realizou-se na sua sede, sita Rua Almirante Cândido dos Reis, n.º 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a 2.ª Reunião da 1.ª Sessão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor Amândio José Correia de Carvalho, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Sandra Isabel Candeias Lopes Anes e Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários.-----

Efectuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes Deputados Municipais:-----

Emanuel de Jesus Colaço Costa, Álvaro José de Oliveira Saraiva, Maria Fernanda Pereira Fernandes, Ingeburga Zanga de Oliveira, José António Rocha Barbosa Caria, Isabel Cristina Camacho, Celina Marques Figueiredo, Isabel Maria de Almeida Travessa, Alfredo Luís Dias Rodrigues, Ricardo José Caçoila, Avelino dos Santos Antunes, Jorge Manuel Rodrigues Tavares, Pedro Manuel Gomes do Carmo, Gonçalo Filipe da Silva Bastos, Marília Gomes Berto Reimão, José Manuel Rosa Ferra, José Francisco dos Santos, Humberto Manuel Pereira Lopes, Florêncio Manuel Pinto, António Francisco Ferreira Minguéns, Tolentino de Oliveira Gomes, Luís Miguel da Silva Morais, António José Lopes Saltão e Carla Isabel Marques Braziel.-----

Solicitou suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o seguinte Deputado Municipal:-----

Paulo Jorge Ribas de Faria Ramos, por um período de seis dias, tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Ingeburga Zanga de Oliveira.-----

José Manuel Mata Justo, por um período de dois dias, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, Alberto dos Santos Fernandes.-----

Fernando Manuel S. Carvalho Coelho, por um período de um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Nélia Rute Simões.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

*Constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente em exercício, cumprimentou os Senhores Deputados Municipais, a Vereação e o público presente, e deu conhecimento da **Ordem de Trabalhos** que tinha para apreciação os seguintes pontos: -----*

PONTO UM - *Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 65/09 “Grandes Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimentos de 2010-2013, O Plano de Actividades Municipais e Orçamento para 2010.” -----*

PONTO DOIS - *Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 66/09 “Contratação de Empréstimo a curto prazo na modalidade de abertura de crédito em conta-corrente no montante de € 1.405.658.” -----*

PONTO TRÊS – *Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 67/09 - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento “Documentos Previsionais/2010 – Grandes Opções do Plano: Plano Plurianual de Investimentos/2010 – Orçamento/2010.” -----*

PONTO QUATRO - *Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 68/09 - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento “Aplicação da Taxa de Recursos Hídricos (TRH) no âmbito da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de Junho que estabelece o Regime Económico e Financeiro dos Recursos Hídricos.” -----*

PONTO CINCO - *Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 70/09 “Aprovação do Mapa de Pessoal relativo à Proposta de Orçamento para 2010.” -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

PONTO SEIS - *Discussão e votação da proposta da mesa para “Eleição de um representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação de Montijo.”* -----

PONTO SETE - *Discussão e votação da proposta da mesa para “Eleição de um representante da Comissão de Acompanhamento na Revisão do Plano Director Municipal de Montijo.”* -----

PONTO OITO - INFORMAÇÕES DA EXMA. SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL, prestadas nos termos e para os efeitos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----ORDEM DO DIA-----

PONTO UM - *Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 65/09 “Grandes Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimentos de 2010-2013, O Plano de Actividades Municipais e Orçamento para 2010.”* -----
Sobre a matéria, a câmara enviou informação escrita a que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

A Presidente da Câmara – Maria Amélia Antunes, no uso da palavra, fez uma Declaração, cujo teor a seguir se transcreve: “O orçamento que agora se apresenta para o ano económico de 2010 reflecte as prioridades duma gestão responsável e transparente num quadro de dificuldades que tem vindo a condicionar, por um lado, a arrecadação das receitas municipais e, por outro lado, a necessidade crescente de apoios sociais, ao investimento e ao emprego. O valor do orçamento da receita e da despesa é de 40.930.351 € (quarenta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

milhões novecentos e trinta mil trezentos e cinquenta e um euros). **Da Receita** No lado da receita corrente temos 28.242.453 €, 12.682.298 € de capital e 5.600 € de outras receitas. Das transferências do orçamento de Estado foram estimados os valores recebidos em 2009. No entanto, admite-se a possibilidade de aumento no orçamento de Estado de 2010 a apresentar pelo Governo em Janeiro. Relevam também as receitas provenientes de participação Comunitária em projectos co-financiados com candidaturas aprovadas – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, do Plano para a Igualdade e do Plano de Estágios Qualificação/Emprego e Contrato Emprego Inserção Mais. A requalificação dos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo e da rede de ensino pré-escolar com o valor financiado de 342.300 €, bem como a escola básica pré-escolar, 1.º, e 2.º e 3.º ciclo já em construção no Esteval/Areias, na ordem dos 4.516.719 €. A possibilidade de venda de bens de investimento assume particular relevância, nas actuais circunstâncias. O recurso ao crédito bancário já contratado no montante de 2.187.145 € para investimento em infra-estruturas viárias, requalificação urbana e equipamentos – Edifício Multiusos de Pegões, Mercado Municipal, Parque Urbano das Piscinas, entre outros. Prevê-se ainda a contratação de um empréstimo no montante de 1.500.000 € para investimento no parque escolar e na requalificação da Praça Gomes Freire de Andrade. Por último, o limite ao endividamento de médio e longo prazo da Câmara Municipal do Montijo é de 15.844.375 € e o montante disponível a utilizar em novos empréstimos é de 7.946.815 €. **Da Despesa** Do lado da despesa para o ano de 2010, a previsão de despesa corrente ascende a 26.430.603 € e em 14.499.748 de despesas de capital. Desde logo, a previsão de despesa corrente diminui em cerca de 2 milhões de euros se comparada com a previsão de 2009. As transferências para as juntas de freguesias, no quadro da delegação de competências, ainda a acordar, tem uma previsão de 587 mil euros, o que, em comparação com o orçamento de 2009, significa um decréscimo de 160 mil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

euros, que encontra a sua justificação no quadro de contenção geral em que nos movemos. Ao nível do plano de actividades municipais, mantemos as parcerias com as universidades, com associações e escolas na área social, da saúde e da cultura, a programação do Cinema-Teatro Joaquim de Almeida, as Festas Populares de São Pedro e das freguesias, o apoio à modernização e promoção do comércio tradicional com um valor de 40 mil euros, o apoio ao associativismo desportivo na aquisição de transportes, a participação na S. Energia, na área da eficiência energética e as comemorações do Centenário da República. O orçamento para o ano de 2010 e o plano de actividades e de investimentos que financia foi elaborado com responsabilidade, transparência e rigor. Em primeiro lugar, com a responsabilidade de quem tem como objectivo de gestão cumprir os compromissos assumidos de pretérito e para o futuro. Em segundo lugar, assegurar uma gestão corrente que mantenha os níveis de qualidade de vida, contribua para mais e melhor emprego, apoios sociais emergentes, integração social e profissional, apoio às famílias, às crianças, aos idosos e aos jovens. Em terceiro lugar, dar continuidade a uma estratégia de desenvolvimento que tem, na educação e na formação, um eixo decisivo para a qualificação, a competitividade e o progresso do nosso Concelho. Perante as perspectivas que se apresentam é preciso eleger prioridades, combater o desperdício, rentabilizar os recursos disponíveis, rejeitar o supérfluo, promover a eficiência e a qualidade, gerir com rigor, transparência, assumindo neste contexto um compromisso entre a moderação e o investimento no futuro."-----

O Deputado Municipal – Jorge Tavares, no uso da palavra leu uma Declaração apresentada pelos Deputados Municipais da Bancada PPD-PSD/CDS-PP, que passo a transcrever: “O Orçamento e o Plano Plurianual de Investimentos constituem documentos estratégicos onde os executivos municipais projectam as suas opções estruturantes e onde planificam a distribuição a dar aos recursos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

*financeiros municipais. São ainda, elementos de planeamento indispensáveis para o ano civil respectivo e anos seguintes, no que respeita ao investimento. Ficou claro no programa eleitoral da Coligação MUDAR É AGORA assim como nas declarações da Vereadora Lucilia Ferra, as quais são apoiadas pela bancada do PPD-PSD/CDS-PP, ambos partidos coerentes, responsáveis e merecedores de respeito de todos os presentes como mandam as boas práticas democráticas, que as prioridades políticas são diferentes das do actual executivo e como ta, traduzindo-se em opções económicas e financeiras também diversas das que estão actualmente em apreciação, pelo que seria falta de seriedade política não assumir, aqui e perante este órgão, essas diferenças. Assim e, tomando como base os documentos apresentados constata-se que, embora exista um esforço ligeiro de contenção das **despesas correntes** por parte da autarquia (aproximadamente menos 2.000.000,00 €) relativamente a 2009, as mesmas continuam a apresentar um peso elevado a nível da despesa total do executivo (aproximadamente 65%). Este facto é uma consêquência económica e financeira do modelo de desenvolvimento e das opções tomadas pelo governo local socialista ao longo dos últimos doze anos, traduzidos de forma geral em encargos crescentes, que cria, ano após ano, uma máquina cada vez menos sustentável a nível da despesa corrente. Da análise realizada ao orçamento apresentado, não podemos deixar de salientar a demagogia política e falta de realismo observado relativamente ao empolamento do nível de determinadas **receitas correntes** da autarquia tendo em conta os tempos difíceis que a economia portuguesa atravessa agravada com péssima governação deste Partido Socialista de José Sócrates e os valores dotados pela autarquia no documento (loteamentos e obras – 7,8%, transferências correntes provenientes do estado – 11,7% relativamente ao valor total da receita) e **receitas de capital** (vendas de bens de investimento – 8,8%). Esta referência deve-se ao facto de se tratar de receitas que são ainda uma incógnita, pouco realista diga-se,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

relativamente aos valores orçamentados em anos anteriores, utilizada como engenharia financeira para alcançar a despesas orçamentada, permitindo equilibrar um orçamento que de outro modo não estaria. Outro aspecto importante a ter em atenção é dos montantes das transferências de capital para freguesias do Concelho do Montijo e para as Instituições Sem Fins Lucrativos. Os valores a transferir/atribuir demonstram a pouca importância que as freguesias representam para o executivo (centralização de poderes) e a importância eleitoral elevadíssima que as instituições desportivas, socioculturais e outras espalhadas pelo Conselho tiveram para o executivo socialista... Sem prejuízo de defendermos o apoio inequívoco ao associativismo, não podemos deixar de notar o relacionamento pouco saudável e pouco desejável entre algumas colectividades e a autarquia. No que respeita à educação, a bancada do PPD-PSD/CDS-PP não quer deixar de sublinhar o importante esforço de investimento autárquico a nível da educação e do seu parque escolar (aproximadamente 6.500.000,00 € a nível do edificado), mas, não pode deixar de partilhar igualmente com os membros desta assembleia, a preocupação com o tema, tão importante no nosso Concelho dada a elevada iliteracia ainda registada. É evidente a necessidade de dotar as escolas de melhores equipamentos, mas também de sensibilizar todos os agentes educativos para a necessidade de uma melhoria a nível de ensino geral, quer formalizando metodologias de avaliação para todas as actividades desenvolvidas, quer motivando os mesmos, para uma necessidade de exigência e rigor. Relativamente a outros investimentos de relevo para 2010, não se observa nada de especial para o Concelho, sobressaindo unicamente obras já prometidas desde 2005, tais como, Praça Gomes Freire de Andrade, Mercado Municipal entre outras... É importante ter em atenção que muitas das despesas de capital inscritas para 2010 referem-se a obras já concluídas no mandato anterior mas ainda não pagas pela Autarquia durante o ano de 2009. Para 2010 e embora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

tenha sido anunciado, ontem, uma verba de 3.000.000,00 € em quadro de referência nacional para a recuperação da zona ribeirinha, à excepção de duas verbas representando 0,4% do Orçamento da Despesas, não se vislumbram outros projectos co-financiados, designadamente a nível da reabilitação urbana, da recuperação do edificado e da possibilidade de recuperação do centro Histórico da Cidade, este último com dotação de 35.000 €, o que demonstra bem qual a estratégia do executivo para a Cidade e para o seu centro histórico. O orçamento apresentado para o ano de 2010 e o PPI contribui na nossa óptica para ocasionar um maior desequilíbrio do Concelho, dado a dimensão e as características intrínsecas do mesmo e tendo em comparação a zona oeste e este do mesmo. O nosso modelo de desenvolvimento assenta num crescimento económico sustentado, humanizado e equilibrado, relativamente à repartição da riqueza, dando mais ênfase à descentralização do poder local. Não podemos continuar a seguir um modelo macrocéfalo onde a maior parte do investimento ocorre na freguesia central do Concelho, em Montijo, que para além de conter prioridades que podem ser discutíveis, concentra quase tudo em zonas do perímetro urbano da cidade, menosprezando a restante área, Tudo isto provoca a desertificação e envelhecimento das nossas freguesias rurais, à perda da identidade regional do concelho e a um crescimento cada vez mais desordenado da cidade, afectando sem dúvida como se vai verificando cada vez mais a qualidade de vida dos munícipes, levando também a um aumento da insegurança. Do ponto de vista da bancada do PPD-PSD/CDS-PP, para se viver num concelho de igualdade, é necessário mudar mentalidades, descentralizar, criar mais centralidades nas freguesias, colocar os equipamentos ao serviço das populações ou caso seja impossível, criar melhores formas de acessibilidades para que todos os cidadãos se sintam incluídos e não excluídos como actualmente acontece com as freguesias Este do Concelho – Pegões, Canha e Santo Isidro de Pegões. A bancada tem consciência que existem diversos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

investimentos em equipamentos que pela sua natureza e encargos decorrentes não possam não possam ser instalados pelo que, deverão dessa maneira ser criadas condições para que a universidade das suas instalações seja assegurada. Pensamos que os princípios que devemos seguir deverão ser a procura da distribuição dos equipamentos pelas freguesias do Concelho, devendo mesmo ser visto como elemento de coesão e de para todo o Concelho. Da análise do orçamento para 2010 e do PPI para 2010-2013 e tendo em atenção todas as nuances aderentes à crise económica e financeira que Portugal atravessa verifica-se que este mandato, irá ser mais um de mera gestão orçamental em que a componente de despesa corrente tem um peso muito elevado não dando azo a outros investimentos que devido à sua importância poderiam ser mais estruturantes para o Concelho. Assim, humildemente mas com responsabilidade e sem prejuízo de concordarmos com alguns investimentos propostos em sede de PPI, sublinhamos que este orçamento não satisfaz as preocupações dos eleitos da bancada do PPD-PSD/CDS-PP e pelas diversas razões indicadas, o sentido de voto da bancada do PPD-PSD/CDS-PP será contra neste ponto da ordem de trabalho.”-----

O Deputado Municipal – José Caria, no uso da palavra leu duas intervenções, a primeira sobre os documentos previsionais 2010/2013 da Câmara Municipal de Montijo, e a segunda sobre a resposta às oposições, cujos teores se transcrevem, respectivamente: “Senhor Presidente, Senhores Deputados, nesta nossa discussão e votação das Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimentos 2010/2013, PAM e ORÇAMENTO/2010 devemos, em meu entender, ter em conta que ela ocorre com o início de um novo ciclo político com o mandato 2009/2013 em que, mais uma vez no concelho de Montijo o ELEITORADO atribui ao PS MAIORIA ABSOLUTA outorgando-nos a vontade expressa para que sejamos nós a governar o CONCELHO; A ter em conta também um AMPLO CONTEXTO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

estrutural e conjuntural condicionante da preparação, elaboração, discussão e votação destes DOCUMENTOS do Município, a saber: - Uma desfavorável conjuntura financeira, económica e social que condiciona, à partida, as principais fontes de RECEITA DO Município (quer exógenas, quer endógenas...) e nos desafia e convoca para maiores necessidades de DESPESA tanto conjuntural como estrutural; - O atraso, motivado e justificado pelo ciclo eleitoral em 2009 eleitorais (europeias, legislativas, autárquicas), na elaboração, discussão e aprovação do Orçamento de Estado para 2010, FACTO com reflexos inexoráveis nos DOCUMENTOS que hoje discutimos e aprovamos; - A não existência em vigor do novo Regime de algumas TAXAS Municipais a decorrer do Novo Regime Jurídico de Taxas das Autarquias Locais e do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação adaptado a novas modelações legais; - A realização dos procedimentos de contratação pública através de Plataforma electrónica – MUDANÇA com impacto no funcionamento de serviços municipais e que exige ADAPTAÇÕES várias quer de Pessoal quer de fornecedores e empreiteiros de obras públicas; - Condicionantes legais ao endividamento municipal, à prestação de serviços, definição pelo Estado de ISENÇÕES de impostos, condicionantes à contratação de pessoal; - Uma situação estrutural financeira, económica, fiscal e funcional do Município que tendo embora vindo ao longo dos anos a melhorar mercê da GESTÃO do PS continua a exigir desta gestão actual esforço de consolidação e contenção orçamental, financeira e económica NA PRÁTICA de uma administração e gestão autárquicas de eficiência, eficácia e economia, com responsabilidade, rigor e transparência! – factos que estes nossos documentos bem atestam. Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, Apesar de alguns importantes aspectos estruturais e conjunturais desvantajosos (com consequências no próximo ano económico) o CONCELHO assistirá à concretização de INVESTIMENTOS em execução física e financeira, a Investimentos projectados, planificados e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

programados !!!... A continuidade da contenção orçamental e financeira, dentro do razoável, na actividade do Município não impedirá o cumprimento das responsabilidades municipais em matéria de INVESTIMENTO !!!... O Plano Plurianual de Investimentos 2010/2013 conta com um TOTAL PRESVISTO de cerca de 34 MILHÕES DE EUROS; As despesas de Investimento em previsão DEFINIDAS para 2010 ascendem a mais de 11 MILHÕES E MEIO DE EUROS, e, para 2011 a cerca de 16 MILHÕES DE EUROS. As dotações iniciais do ano 2010 ascendem a mais de 28 milhões de euros de Receitas Correntes, a cerca de 26 milhões e meio de Despesas correntes, a mais de 12 milhões e meio de euros de Receitas de Capital e a quase 14 milhões e meio de Despesas de Capital (o montante total – com outras componentes ainda – das dotações iniciais do ano 2010 ASCENDE a 40.930.351,00 euros) como consta do ORÇAMENTO para 2010 !!!... A aposta na EDUCAÇÃO/FORMAÇÃO mantêm-se e desenvolve-se sendo disso exemplos a Escola Integrada na Zona do Esteval/Areias, a Escola Básica 1 da JARDIA e criação do jardim Infantil do Alto Estanqueiro (entre outras acções...). O Parque Urbano das Piscinas Municipais (no Montijo), o Polidesportivo do Afonsoeiro e o Edifício Multiusos de Pegões SÃO REALIZAÇÕES A AVANÇAR !!!... Para OBRAS E MEIO AMBIENTE são quase 10 MILHÕES DE EUROS (dos quais 4 milhões de euros para OBRAS MUNICIPAIS... e mais de CINCO MILHÕES DE EUROS para SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE). Para SÓCIO-CULTURA são quase 14 MILHÕES DE EUROS !!!... dos quais mais de 10 milhões no quadro da Divisão Social Cultural e de Ensino. Para o Departamento de RECURSOS HUMANOS serão (em previsão) mais de 3 milhões de euros. Senhor Presidente, Senhores Deputados, Num contexto de quebra de receitas fiscais e outras, de dificuldades da economia, das empresas e das Famílias, - do próprio Município – os Projectos, Programas, Medidas e acções em previsão (continuação, desenvolvimento, criação/construção) para o ano 2010 (e subsequentes...)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

afigram-se EVIDENCIADORES duma enorme força, determinação e confiança – com responsabilidade, rigor e transparência – da administração e gestão local autárquica do partido Socialista e seus autarcas!... Temos trabalho desenvolvido e a desenvolver que as populações vêem sentem e SABEM ir continuar no dia-a-dia mas com ideias estratégicas a médio e longo prazos para o CONCELHO !!!... Por isso aprovamos a Proposta do Executivo Camarário N.º 65/09 “G.O.P.s – P.P.I 2010/2013, P.A.M. E orçamento para 2010.” Segunda intervenção - “Senhor Presidente, Senhores Deputados, Tem referido a CDU (grosso modo) o rácio percentual entre o INVESTIMENTO PARA 2010 e o TOTAL ORÇAMENTADO para 2010. IMPORTA deixar registado, para conhecimento público, que as receitas provenientes de Impostos municipais em 2009 se cifraram em cerca de 8 milhões e meio de euros (8.550.293 euros) SENDO QUE O INVESTIMENTO previsto para 2010 rondará MAIS DE 11 MILHÕES E MEIO de euros. Referida é também pela CDU, a ALEGADA ausência de consideração no PPI (2010/2013) – o ano 2010 – algumas das Grandes Obras estruturantes para o Concelho. Deixamos aqui registado, para conhecimento público, que o PPI 2010/2013 conta com um TOTAL PREVISTO de cerca de 34 milhões de euros. A 1.ª Fase da Circular Exterior é OBRA do Executivo PS e a Requalificação da Zona Ribeirinha tem sido obra também do Executivo PS como aí está a provar o CAIS DAS FALUAS, o Moinho de Maré, os Investimentos na ETAR do Seixalinho, as Estações Elevatórias e o Projecto para toda a Zona do Seixalinho à Lançada (faseado naturalmente...). Sob a designação genérica de “novos acessos à cidade do Montijo “refere a CDU não ser considerado no PPI, estando embora informada esta coligação eleitoral das démarches desenvolvidas por este Executivo junto da LUSOPONTE e do Governo, omitindo que é durante os mandatos deste Executivo que foi construída a maior rede de ACESSOS, e, o que nos perplexiona, parecendo desconhecer diversos patamares de atribuições, competências, jurisdições e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

responsabilidades legais !!!... Quanto à estratégia de crescimento económico remetemos a CDU – dado o seu aparente desconhecimento – para processos existentes no DAU (Departamento de Administração Urbanística) com incidência real na preparação, elaboração, discussão e aprovação destes Documentos Previsionais que agora aprovamos !!!... A requalificação PÚBLICA do Centro Histórico tem vindo a estar à vista de TODOS – basta circular pela requalificação da Praça da República (a que a CDU se opôs!...), pelas ruas pedonalizadas (Rua do Pátio do gelo, Rua da Cruz, Almirante dos Reis, etc.) pelo Cais das Faluas e dos Vapores e utilizar os investimentos que têm vindo a ser feitos no Espaço Público e Mobiliário Urbano, juntando-lhe os investimentos parceiros para o COMÉRCIO da Zona !!!... Insiste também a CDU em escrever e falar de EMPRÉSTIMOS e sustentabilidade financeira; RECORDAMOS aqui a lamentável situação financeira em que a CDU deixou este Município a 31 de Dezembro de 1997, e introduzimos algum rigor dizendo-lhes que AINDA HOJE se reflectem nos Documentos Previsionais encargos financeiros deixados pela CDU e que a Dra. Maria Amélia teve de renegociar e resolver (com os inerentes custos já se vê!..) Senhor Presidente, Senhores Deputados, Nas posições políticas até agora tomadas pelo PSD em relação aos Documentos Previsionais que discutimos e aprovamos importa referir e deixar registado um conjunto de esclarecimentos aos munícipes, um Alerta aos Eleitores, e, porque não (?) – uma sugestão benévola aos eleitores PSD no Município: Desde logo a nossa congratulação com a aprovação, pelo PSD, com algumas obras propostas em sede de PPI e o facto de o PSD considerar “RELEVANTE2 o esforço de investimento autárquico, em particular no PARQUE ESCOLAR e EDUCAÇÃO – aposta orçamental de relevo, lamentando o desconhecimento de alguns poucos autarcas eleitos das multidimensionalidades de que se tem vindo a compor o nosso Investimento em Educação no Município; Lamentamos a má compreensão por alguns autarcas do PSD têm do “rolling Plan” (Planeamento deslizante)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

incluso no “horizonte móvel de 4 anos que caracteriza o Plano Plurianual de Investimentos que consiste, esclarecemos, em levar em consideração no planeamento anual de um projecto de execução plurianual NÃO SÓ “os ajustamentos resultantes das execuções anteriores” (n. 2.3.1. do POCAL) mas também os eventuais ajustamentos decorrentes de alterações na concepção de Projecto, do seu financiamento, etc. O Plano é ajustado a alterações observadas ou previstas. Lamentamos igualmente que alguns autarcas do PSD INSISTAM no que consideramos má compreensão, ou desconhecimento, das designadas “REGRAS PREVISIONAIS” que constam do n.º 3.3 do POCAL (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002 de 05 de Abril e seus desenvolvimentos...) bem como possíveis EXCEPCIONALIDADES!... Interpretações dogmáticas restritivas, estáticas do método do rendimento médio incluso no POCAL para previsão de RECEITAS (POCAL que, ele próprio, prevê excepções...) sem articulação real com o método de avaliação directa e com o método do penúltimo exercício e o método das correcções PARECEM-NOS, na actual situação financeira, económica, fiscal e social a que o Município se encontra condicionado, DESADEQUADAS, IMPERTINENTES, e, sobretudo, denunciadoras de falta de sensibilidade e tacto político-social geral e LOCAL !!!... Os princípios políticos e os princípios contabilísticos obrigatórios na elaboração do ORÇAMENTO estão, em nosso entender, interligados e executados com responsabilidade, rigor e transparência nos Documentos Previsionais. É minha convicção que o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas disso virá a dar conta !! Senhor Presidente e Senhores Deputados, permitam-me agora, um alerta aos eleitores feito sob forma de uma simples interrogação: É correcto do ponto de vista dum força política que ainda há bem pouco se candidatou ao Poder Municipal Concelhio TER SIDO CONSULTADA no cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição e NÃO TER APRESENTADO QUALQUER PROPOSTA (qualificada e quantificada) DE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

*ALTERAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2010/2013 ???!!!...
(iniciamos agora um NOVO MANDATO AUTÁRQUICO 2009/2013). Não !, Não
é !!!... Algo está com estes autarcas PSD ! .-----*

O Deputado Municipal – Emanuel Costa, no uso da palavra leu uma intervenção, cujo teor passo a transcrever: “A Grandes Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimentos de 2010 – 2013, o Plano de actividades Municipais e Orçamento para 2010 aqui apresentados, em discussão e com a aprovação do Grupo Municipal do Partido Socialista definem a estratégia da gestão municipal para os próximos anos. A presente proposta de Orçamento elaborada ao abrigo das regras do POCAL, apresenta uma previsão de receita para o ano de 2010 de cerca de 41 milhões de euros. 28.242.453,00 Euros correspondem a receitas correntes, 12.682.298,00 euros receitas de capital e 5.600,00 euros outras receitas. As transferências correntes da Administração Central através do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS totalizam 4.789.711,00 euros, montante de igual valor ao orçamentado no Orçamento Geral do Estado no ano de 2009, visto ainda não se conhecerem os reais valores a transferir do Orçamento para 2010. De sublinhar o montante de 186.400.00 euros de receitas de participação comunitária em projectos co-financiados. Das receitas de capital, o valor inscrito de 3.606.715,56 corresponde a vendas de bens de investimento. O valor dos passivos financeiros totaliza cerca de 2.187.145,00 euros. Prevê-se ainda a contratação de um empréstimo no montante de 1.500.000,00 Euros para investimento no parque escolar e na requalificação da Praça Gomes Freire de Andrade. Realçamos o limite ao endividamento de médio e longo prazo da autarquia é de 15.844.375,00 Euros e o montante disponível a utilizar em novos empréstimos é de 7.946.815,00 Euros. Do lado da despesa, destacamos a redução de cerca de 2 milhões de euros da despesa corrente da autarquia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

comparada com a previsão de 2009. É meritório o esforço do executivo socialista em eliminar prováveis gastos supérfluos. Na senda da estratégia do PS para o concelho de Montijo, na aposta na educação, na cultura e na acção social, registamos com agrado o investimento na educação (construção da escola integrada na zona Esteval/ Areias; a ampliação, remodelação e reconversão escola básica n.º 1 da Jardía; e a criação do Jardim de Infância no Alto Estanqueiro, bem como, a dotação orçamental de mais de 10 milhões de euros no quadro das actividades da Divisão Social Cultural e de Ensino. Destacamos ainda a requalificação da Praça Gomes Freire de Andrade, a construção de polidesportivo no Afonsoeiro e o edifício multiusos de Pegões e as transferências para as Juntas de Freguesia no valor 587 mil euros. Consideramos, num quadro económico e financeiro adverso, não só para as famílias, para as empresas, para as instituições, para Administração Central do Estado, mas também para as autarquias, onde a arrecadação de receitas se torna mais difícil: 1- O orçamento apresentado para o ano de 2010 reflecte a responsabilidade de quem gere os destinos da autarquia com rigor, transparência e verdade; 2- Reflecte a aposta para além da educação, na cultura e acção social; 3- Abrange o contínuo esforço do executivo municipal na requalificação do espaço público com vários investimentos; 4- A protecção ambiental e conservação da natureza promovendo o desenvolvimento sustentável do concelho; 5- Aposta inequívoca na modernização administrativa da autárquica com novos investimentos e novas soluções; 6- Assume um compromisso entre a moderação e o investimento no futuro.”-----

O Deputado Municipal – Alberto Fernandes, solicitou que ficasse registado. em acta, que, enquanto fazia uma intervenção, sobre a Educação, foi interrompido pelo Deputado Municipal – Emanuel Costa, que lhe disse: “O Deputado Alberto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Fernandes, está a divagar sobre a Educação e está-se a desviar da proposta que é o Orçamento.” -----

O Senhor Presidente, de seguida submeteu à votação a proposta, conforme se discrimina: Proposta nº 65/09 do Executivo Camarário “Grandes Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimentos de 2010-2013, o Plano de Actividades Municipais e a Proposta de Orçamento para 2010”, tendo a Assembleia deliberado aprova-la, por maioria, com dezassete votos a favor do PS, doze votos contra do PPD/PSD.CDS.PP, CDU e BE e zero abstenções. -----

O Deputado Municipal – Avelino Antunes, no uso da palavra, leu uma Declaração de Voto, cujo teor se transcreve: “ A proposta de orçamento Plano Plurianual e Investimento da Câmara Municipal de Montijo para 2010, para além de outras coisas, consagra uma gestão centralizadora, fruto do projecto autárquico do Partido Socialista que penaliza as Juntas de Freguesia com a diminuição de 160.000 €, no quadro de uma delegação de competências, ainda a acordar. É uma falta de respeito democrático pelas Juntas de Freguesia, pelas decisões dos congressos das Freguesias, onde e bem, se reclamou pela descentralização para as Juntas de Freguesia acompanhadas dos devidos meios, através das Câmaras Municipais e directamente do Poder Central/Governo às Freguesias. É a proposta de orçamento mais centralizadora da Península de Setúbal, que apenas disponibiliza para as Juntas de Freguesia 1,4% do seu orçamento, para eventuais acordos de delegação de competências, quando ao lado as outras Câmaras Municipais descentralizam muito mais, de que é, exemplo a Câmara municipal de Palmela, com 2,6% do seu orçamento para as Juntas de Freguesia e com o compromisso claro e inequívoco da realização de protocolos com as Juntas de Freguesia já acordados. Sabemos que a câmara Municipal de Montijo teve um corte no seu orçamento, mas as outras Câmaras Municipais da Península também o tiveram, mas não deixaram por isso de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

praticar uma política de descentralização para as Freguesias. Esta proposta do executivo camarário do Partido Socialista, reflecte claramente um projecto autárquico diferente do da CDU, que não respeita, não valoriza, não dignifica o papel insubstituível das Juntas de Freguesia, que sendo o patamar do Poder Local, que mais próximo está das populações, contribui de forma insubstituível para a melhoria das condições de vida da população. Para além disto, a proposta em apreciação, não contempla uma visão estratégica de crescimento económico, baseado na captação de empresas respeitadoras de ambiente e geradoras de emprego não precário. Não aborda a problemática da desertificação do centro histórico da cidade, da sua requalificação no âmbito das responsabilidades da Câmara Municipal, que não deve substituir-se aos proprietários, mas discriminar positivamente medidas que levem à sua requalificação e vivência, e na exigência que o Poder Central/Governo assuma as suas responsabilidades, no combate aos problemas económicos e sociais derivados do abandono dos centros das cidades. A proposta omite a necessidade da construção de um novo hospital, hoje mais necessário que ontem com a construção do novo aeroporto, que o plano estratégico da Cidade de Montijo classifica há longos anos como obra mais prioritária, mas que o executivo camarário do Partido Socialista, numa obediência cega aos ditames do Governo, numa atitude lesiva dos direitos e interesses da população do nosso Concelho e da região, não faz referência. Não considera para 2010 qualquer obra estruturante para o Concelho, designadamente, a finalização da circular exterior, a concretização dos novos acessos ao Montijo, Complexo Desportivo Municipal e a Requalificação da Zona Ribeirinha. O investimento em 2010 será de cerca de 13 milhões de euros, correspondendo a 31,7% do orçamento, que rondará no total os 41 milhões de euros. Pelo exposto, fica claro que se trata de uma proposta centralizadora que não respeita nem dignifica o papel democrático das Juntas de Freguesia, que não confronta o Poder



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Central/Governo com as necessidades e direitos da população do nosso Concelho, o que, reflecte um modelo autárquico e opções políticas com as quais não nos revemos. Pelas razões e motivos relatados, os eleitos da CDU na Assembleia Municipal, votaram contra a “Proposta do Plano de Actividades de Orçamento para 2010 – Grandes Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimentos de 2010/2013.”-----

O Deputado Municipal – Emanuel Costa, no uso da palavra leu uma **Declaração de Voto** que passo a transcrever: “A política do Partido Socialista de Montijo está patenteada no Plano Plurianual de Investimentos de 2010-2013 e Plano de Actividades Municipais e Orçamento para 2010, a qual está legitimada por uma maioria de votantes que acredita no rigor, na transparência e na seriedade apostas nas opções económico-financeiras do Executivo Municipal. Tais opções são-nos reveladas através de diversos vectores, a saber:

1. Valorização do potencial humano, tendo em conta quer a aposta na formação dos recursos humanos próprios através da sua qualificação tendo em vista a modernização administrativa, quer na despesa prevista para a construção da Escola Integrada na zona do Esteval-Areias (€ 4.520.000,00) e da requalificação dos estabelecimentos de ensino do 1º ciclo e da rede de ensino pré-escolar. Também a cultura, na sua plena acepção, está acautelada através da orçamentação da despesa prevista para o programa cultural do Cine-teatro Joaquim D’Almeida para 2010.
2. Valorização do património municipal, assegurando um desenvolvimento harmonioso e sustentável do nosso território, em que se destacam o edificio multi-usos de Pegões, o mercado municipal, o parque urbano das piscinas, entre outros.
3. Promoção do investimento em factores dinâmicos da competitividade do nosso Concelho, na medida em que matérias como o ambiente, a igualdade de oportunidades, a qualidade de vida, a responsabilidade social bem patente neste orçamento ao nível dos apoios sociais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

emergentes, da integração social e profissional, dos apoios às famílias, às crianças, aos idosos e aos jovens, permitem a prestação de um serviço eficiente e eficaz, contribuindo para uma melhoria da competitividade local. Os mais atentos concordarão que ficam, desta forma, assegurados neste Orçamento, os Princípios orientadores da estratégia do Quadro de Referência Nacional: Potencial Humano, Valorização territorial e Factores de Competitividade. Se todos os Municípios assim fizessem teríamos certamente um País mais desenvolvido, mais competitivo e mais coeso do ponto de vista social e territorial. O grupo parlamentar do Partido Socialista reitera a sua confiança no Executivo Municipal e saúda-o pela visão estratégica aposta no Plano de Actividades Municipais e Orçamento para 2010.”-----

PONTO DOIS - Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 66/09 “Contratação de Empréstimo a curto prazo na modalidade de abertura de crédito em conta-corrente no montante de € 1.405.658.”-----

Sobre a matéria, a câmara enviou informação escrita a que se refere a alínea d) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente, submeteu à votação a proposta do Executivo Camarário, n.º 66/09, “Contratação de Empréstimo a curto prazo na modalidade de abertura de crédito em conta-corrente no montante de € 1.405.658.” tendo a Assembleia deliberado, aprová-la, por maioria, com vinte e dois votos a favor do PS+PPD/PSD.CDS.PP, um voto contra do BE e cinco abstenções da CDU. -----

A deputada Municipal – Isabel Camacho encontrava-se ausente da sala, no momento da votação desta proposta. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

O Deputado Municipal – Ricardo Caçõila, no uso da palavra leu uma Declaração de Voto, cujo teor a seguir se transcreve: “A Câmara Municipal de Montijo propõe a Assembleia Municipal de Montijo a “Contratação de um empréstimo a curto prazo na modalidade de abertura de crédito em conta corrente, no montante de um €1.405.658.00. A proposta é omissa quanto aos fundamentos e fins da verba a contratar, limitando-se a recorrer à lei para a justificar. O pedido deste empréstimo é em si contraditório com o discurso do Partido Socialista na governação da Câmara Municipal de Montijo, tecem elogios à situação financeira do Município e, por outro lado aumentam a dívida da autarquia, colocando em risco investimentos futuros e lançando a responsabilidade da sua liquidação às gerações vindouras. Mas aqui cabe uma pergunta: se a situação financeira do Município é assim tão sólida para quê então a contratação de um novo empréstimo? O Partido Socialista já contraiu empréstimos que ultrapassam a dezena e meia de milhões de euros, desde que dirige a CM de Montijo. Esta é uma das marcas do PS, recurso ao crédito e o endividamento abusivo do município. O PS aumenta os impostos e aplica sempre as taxas máximas, legalmente permitidas, penalizando os munícipes, vende terrenos, contrai empréstimos. Só a muita propaganda vai criando um concelho que é cada vez mais virtual. Porque não pactua com uma governação financeiramente irresponsável, o Bloco de Esquerda vota contra.”-----

PONTO TRÊS – *Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 67/09 - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento “Documentos Previsionais/2010 – Grandes Opções do Plano: Plano Plurianual de Investimentos/2010 – Orçamento/2010.” -----*

Sobre a matéria, a câmara enviou informação escrita a que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

***O Senhor Presidente**, submeteu à votação a proposta do Executivo Camarário, n.º 67/09, “**Documentos Previsionais/2010 – Grandes Opções do Plano: Plano Plurianual de Investimentos/2010 – Orçamento/2010.**” tendo a Assembleia deliberado, aprová-la, por maioria, com dezassete votos a favor do PS e onze votos contra do PPD/PSD.CDS.PP, CDU e BE e zero abstenções.-----*

***O Deputado Municipal – Emanuel Costa**, entregou uma **Declaração de Voto** à mesa, que não leu, mas solicitou que constasse em acta, cujo teor a seguir se transcreve: “A consciência de que a água se vem tornando num bem escasso, a nível mundial, é cada vez maior. Menos de 3% da água do planeta é constituída por água doce, sendo, hoje, reconhecidamente um recurso vulnerável, finito e já escasso em quantidade e qualidade. A gestão das águas municipais, principal missão dos SMAS, coaduna-se com a visão do desenvolvimento local sustentável, numa perspectiva de um desenvolvimento ambientalmente seguro e eco-socialmente sustentável, que adopta como critérios, para além da qualidade produtiva, a qualidade de vida e indicadores não somente baseados no crescimento material da produção. Convém relembrar algumas características do mercado da água, para se ter clareza na aferição do papel dos SMAS nesse segmento de mercado: 1º- a água é um produto que não sofre modificações tecnológicas significativas e tem utilizações que não sofrem grandes variações ao longo do tempo; 2º- é um mercado tipicamente regional; 3º- exige investimentos pesados, irreversíveis e com grande período de amortizações, e portanto tem de ser gerido numa óptica de longo prazo; 4º- o factor preço está limitado por razões de ordem política e, portanto, tem de ser controlado por uma entidade pública; 5º- tem uma forte dimensão ambiental e principalmente é um monopólio natural; Com estas características é de esperar que seja o sector*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

público a ter posição dominante na gestão deste produto. Os SMAS, no nosso Município, assumem esse papel, constituindo um instrumento de uma política ambiental com grande influência na qualidade de vida das populações, e como instrumento na gestão de recursos hídricos, promovendo uma utilização eficiente da água que privilegie a conservação dos recursos existentes, racionalizando e otimizando a utilização da água. Neste sentido, foram feitos, ao longo da última legislatura investimentos avultados, cujo valor ronda os € 22.000.000,00, aplicados na construção das ETAR das Taipadas, de Santo Isidro de Pegões, do Afonsoeiro, do Seixalinho e na ETAR de Pegões. O Orçamento dos SMAS para 2010 patenteia as grandes opções do Conselho de Administração, as quais expressam objectivos de gestão e de acção elencados no ponto 1 das notas explicativas aos documentos previsionais de 2010. Estamos perante um orçamento rigoroso e equilibrado tecnicamente, sendo de enaltecer a sua transparência, consubstanciada no ponto 2 das referidas notas. O grupo Parlamentar do Partido Socialista solidariza-se com os SMAS no seu combate à salubridade pública e na melhoria da qualidade de vida dos Municípios, ao aprovar este orçamento, ao invés da oposição que votou contra. A responsabilidade política do Partido Socialista, nesta assembleia municipal, revela-se uma vez mais, indo de encontro aos desígnios daqueles que nos deram a maioria absoluta.”-----

PONTO QUATRO - Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 68/09 - Serviços Municipalizados de Água e Saneamento “Aplicação da Taxa de Recursos Hídricos (TRH) no âmbito da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de Junho que estabelece o Regime Económico e Financeiro dos Recursos Hídricos.”-----

Sobre a matéria, a câmara enviou informação escrita a que se refere a alínea e) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente, submeteu à votação a proposta do Executivo Camarário, n.º 68/09, “**Aplicação da Taxa de Recursos Hídricos (TRH) no âmbito da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 97/2008, de 11 de Junho que estabelece o Regime Económico e Financeiro dos Recursos Hídricos.**” tendo a Assembleia deliberado, aprová-la, por maioria, com vinte e três votos a favor do PS, PPD/PSD.CDS.PP e seis abstenções da CDU e BE e zero votos contra. -----

PONTO CINCO - Discussão e votação da proposta do Executivo Camarário n.º 70/09 “**Aprovação do Mapa de Pessoal relativo à Proposta de Orçamento para 2010.**” -----

Sobre a matéria, a câmara enviou informação escrita a que se refere a alínea o) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente, submeteu à votação a proposta do Executivo Camarário, n.º 70/09, “**Aprovação do Mapa de Pessoal relativo à Proposta de Orçamento para 2010.**” tendo a Assembleia deliberado, aprová-la, por maioria, com dezassete votos a favor do PS, doze abstenções do PPD/PSD.CDS.PP, CDU e BE e zero votos contra. -----

PONTO SEIS - Discussão e votação da proposta da mesa para “**Eleição de um representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação de Montijo.**” -----



Handwritten signature: J. B. Lopes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

Sobre a matéria, a câmara enviou informação escrita a que se refere o artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente, submeteu à votação a proposta da mesa para “Eleição de um representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação de Montijo” tendo a Assembleia elegido, como representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação de Montijo, por Escrutínio Secreto, com dezanove votos a favor e dez brancos, o Presidente da Junta do Montijo – José Francisco dos Santos. -----

PONTO SETE - Discussão e votação da proposta da mesa para “Eleição de um representante para a Comissão de Acompanhamento na Revisão do Plano Director Municipal de Montijo.”-----

obre a matéria, a câmara enviou informação escrita a que se refere o artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e que se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente, submeteu à votação a proposta da mesa para “Eleição de um representante para a Comissão de Acompanhamento na Revisão do Plano Director Municipal de Montijo” tendo a Assembleia elegido, como representante da Assembleia Municipal para a Comissão de Acompanhamento na Revisão do Plano Director Municipal de Montijo, por Escrutínio Secreto, com dezassete votos a favor e seis brancos, o Presidente da Junta de Pegões – António Francisco Ferreira Minguéns. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO

PONTO OITO - INFORMAÇÕES DA EXMA. SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL, prestadas nos termos e para os efeitos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Seguidamente, não se registando mais intervenções, foi a presente acta aprovada em minuta, e declarada encerrada a presente Sessão Ordinária, eram duas horas e vinte minutos do dia trinta de Dezembro de 2009. -----

E eu, *Jocilina Maria Cervejo Barbosa*, Assistente Técnica, fiz lavrar a presente acta que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa. -----

----- O PRESIDENTE -----

----- A 1ª Secretária -----

----- O 2º Secretário -----